

936766

Autores:
Pierre Bourdieu

A. Accardo, G. Balazs, S. Beaud,
E. Bourdieu, P. Bourgois,
S. Broccolichi, P. Champagne, R. Christin,
J.-P. Fagner, S. Garcia, R. Lenoir,
F. Oeurvard, M. Pialoux, L. Pinto,
A. Sayad, C. Soulié, L. Wacquant

A MISÉRIA DO MUNDO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)



21000001274

R

A Miséria do mundo / sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo...
1 et. al. | - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Título original: La misère du monde.

Vários tradutores.

Bibliografia.

ISBN 85-326-1818-9

1. Desfavorecidos socialmente -- Estudo de casos. 2. França -- Condições sociais
3. Marginalidade social -- Estudo de casos. 4. Pobres -- Estudo de casos. I. Bourdieu,
Pierre, 1930 -- II. Accardo, Alain.

97-1547

CDD - 305.569

Índices para catálogo sistemático:

1. Miséria social: Sociologia 305.569
2. Pobres: Sociologia 305.569



Tradutores:
Mateus S. Soares Azevedo
Jaime A. Clasen
Sérgio H. de Freitas Guimarães
Marcus Anunes Penchel
Guilherme J. de Freitas Teixeira
Jairo Veloso Vargas

SBD-FFLCH-USP



165692

 EDITORA
VOZES

Petrópolis
1997

© Éditions du Seuil, 1993
27, rue Jacob, Paris VI^e
Titulo do original francês: *La misère du monde*

Direitos de publicação em língua portuguesa no Brasil:
Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: <http://www.vozes.com.br>
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico, ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

“Cet ouvrage, publié dans le cadre du programme de participation à la publication, bénéficie du soutien du Ministère français des Affaires Étrangères, de l'Ambassade de France au Brésil et de la Maison française de Rio de Janeiro.”

“Este livro, publicado no âmbito do programa de participação à publicação, contou com o apoio do Ministério Francês das Relações Exteriores, da Embaixada da França no Brasil e da Maison française de Rio de Janeiro.”

FICHA TÉCNICA DA VOZES

PRESIDENTE
Giberto M.S. Piccilli, OFM

DIRETOR EDITORIAL
Avelino Grassi

EDITOR
Lúcio Peretti

DIRETOR INDUSTRIAL
José Luiz Castro

EDITOR DE ARTE
Omar Santos

EDITORAÇÃO

Editoração e organização literária: Jaime A. Clasen
Revisão gráfica: Renice SIC
Diagramação: Sheila Roque
Supervisão gráfica: Valdeires Rodrigues

ISBN 2-02-019674-3 (Edição francesa)
ISBN 85-326-1818-9 (Edição brasileira)

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.
em novembro de 1997.

POE182/949P

Sumário

- Ao leitor, Pierre Bourdieu, 9*
- O espaço dos pontos de vista, Pierre Bourdieu, 11**
- A rua dos Junquinhos, Pierre Bourdieu, 15*
- Uma família deslocada, Abdelmalek Sayad, 35*
- Cada qual em sua casa, Rosine Christian, 53*
- A visão medílica, Patrick Champagne, 63*
- A ordem das coisas, Pierre Bourdieu, 81*
- Uma família integrada, Patrick Champagne, 103*
- Um mau investimento, Gabrielle Balazs, 117*
- A reabilitação, Gabrielle Balazs, 125*
- A última diferença, Patrick Champagne, 139*
- Efeitos de lugar, Pierre Bourdieu, 159**
- Da América como utopia às avessas, Loïc Wacquant, 167*
- A Zona, Loïc Wacquant, 177*
- Homeless in El Barrio, Philippe Bourgois, 203*
- A demissão do Estado, Pierre Bourdieu, 215**
- Uma missão impossível, Pierre Bourdieu, 225*
- A má-fé da instituição, Pierre Bourdieu, 243*
- Desequilíbrio e dilema, Pierre Bourdieu e G. Balazs, 247*
- A visão do Estado, Patrick Champagne, 255*
- Desordem entre os agentes da ordem, Remi Lenoir, 267*
- Mulher e policial, Remi Lenoir, 273*
- Uma crítica bem viva, Remi Lenoir, 289*

Decadências

- Permanentes e temporários, *M. Pialoux e S. Beaud*, 309
- O velho operário e a nova fábrica, *Michel Pialoux*, 321
- Trabalho à noite, *Rosine Christin*, 339
- A posse, *Rosine Christin*, 355
- O fim de um mundo, *Pierre Bourdieu*, 365
- A perturbação do delegado sindical, *Michel Pialoux*, 371
- A obra roubada, *Sandrine Garcia*, 389
- Testemunha silenciosa, *Rosine Christin*, 407
- Um equilíbrio tão frágil, *P. Bourdieu e G. Balazs*, 415
- Suspensa por um fio, *Pierre Bourdieu*, 425
- Uma vida perdida, *Pierre Bourdieu*, 437
- A queda, *Patrick Champagne*, 451
- Carreiras destruídas, *Louis Pinto*, 467

- Os excluídos do interior, *P. Bourdieu e P. Champagne*, 481
- Ah! os belos dias, *Pierre Bourdieu*, 487
- Um paraíso perdido, *Sylvain Broccolichi*, 505
- A engrenagem, *S. Broccolichi e F. Ouwrad*, 523
- Uma vida dupla, *Rosine Christin*, 533
- A aula de francês, *Rosine Christin*, 559
- Uma relação de força, *Sylvain Broccolichi*, 563
- A violência da instituição, *G. Balazs e A. Sayad*, 569

- As contradições da herança, *Pierre Bourdieu*, 587
- Sina escolar, *Alain Accardo*, 595
- Um sucesso comprometedor, *Charles Soulié*, 613
- Espírito de contradição, *E. Bourdieu e D. Podalydès*, 621
- Esposa e colaboradora, *Jean-Pierre Faguer*, 637
- A maldição, *Abdelmalek Sayad*, 651
- A emancipação, *Abdelmalek Sayad*, 673

A solidão, *Gabrielle Balazs*, 683 ✓

Compreender, *Pierre Bourdieu*, 693

Pós-escrito, *Pierre Bourdieu*, 733

Anexos

1. Abreviaturas utilizadas, 737

2. Quadro comparativo dos sistemas de ensino, 739

Índices

1. Índice dos autores, 741

2. Índice dos tradutores, 741

3. Índice temático e onomástico, 742

Pierre Bourdieu

Ao leitor

Entregamos aqui os depoimentos que homens e mulheres nos confiaram a propósito de sua existência e de sua dificuldade de viver. Organizamo-los e os apresentamos com o objetivo de conseguir do leitor que lhes conceda um olhar tão *compreensivo* quanto o que as exigências do método científico nos impõem e nos permittem conceder-lhes. É por isso que esperamos que ele concordará em acompanhar o caminho proposto. Isto, mesmo se compreendermos que, vendo nos diferentes “estudos de casos” espécies de pequenas novelas, alguns possam preferir lê-los ao acaso e optar por ignorar os pressupostos metodológicos ou as análises teóricas, todavia inteiramente indispensáveis, segundo pensamos, para a adequada compreensão das entrevistas¹.

Como, de fato, não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tomar *públicas* conversas *privadas*, confidências recolhidas numa relação de confiança que só se pode estabelecer na relação entre duas pessoas? Sem dúvida, todos os nossos interlocutores aceitaram confiar-nos o uso que seria feito de seus depoimentos. Mas jamais houve um contrato tão carregado de exigências tácitas como um contrato de confiança. Devíamos, pois, cuidar primeiramente de proteger aqueles que em nós confiaram (especialmente mudando, muitas vezes, as indicações, tais como nomes de lugares ou de pessoas que pudessem permitir sua identificação); mas convinha também, e acima de tudo, procurar colocá-los ao abrigo dos perigos aos quais nós exporíamos suas palavras, abandonando-as, sem proteção, aos desvíos de sentido.

“Não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender”. De nada adiantaria se o sociólogo fizesse seu o preceito spinozista se não fosse capaz de fornecer também meios de o respeitar. Ou, como fornecer os meios de compreender, isto é, de tomar as pessoas como elas são, senão oferecendo-lhes os instrumentos

1. Remetermos ao fim da obra para uma exposição detalhada dos pressupostos epistemológicos das operações de pesquisa, da transcrição e da análise das entrevistas.

necessários para os aprender como *necessários*, por deles necessitar, relacionando-os metodicamente às causas e às razões que elas têm de ser como são? Mas, como explicar sem “alfinetar”? Como evitar, por exemplo, de dar à transcrição da conversa, com seu preâmbulo analítico, o procedimento de um caso clínico precedido de um diagnóstico classificatório? A intervenção do analista é tão difícil quanto necessária: ela deve ao mesmo tempo declarar-se sem a menor dissimulação e trabalhar sem cessar para fazer-se esquecer. Assim, a ordem segundo a qual estão distribuídos os casos analisados visa a aproximar durante a leitura pessoas cujos pontos de vista, inteiramente diferentes, têm possibilidade de se verem confrontados, mesmo afrontados na existência: permite também trazer à luz a representatividade do caso diretamente analisado, um professor ou um pequeno comerciante, agrupando em torno dele “casos” que funcionam como variantes. Na transcrição da própria entrevista, que faz o discurso oral passar por uma transformação decisiva, o título e os subtítulos (sempre tomados das palavras dos entrevistados) e sobretudo o texto que fazemos preceder ao diálogo, estão lá para direcionar o olhar do leitor para os traços pertinentes que a percepção distorrida e desarmada deixa escapar. Eles têm a função de lembrar as condições sociais e os condicionamentos, dos quais o autor do discurso é o produto, sua trajetória, sua formação, suas experiências profissionais, tudo o que se dissimula e se passa ao mesmo tempo no discurso transcrito, mas também na pronúncia e na entonação, apagadas pela transcrição, como toda a linguagem do corpo, gestos, postura, mímicas, olhares, e também nos silêncios, nos subentendidos e nos lapsos.

Mas o analista não pode esperar tomar aceitáveis suas intervenções mais inevitáveis senão ao preço do trabalho da *escrita* que é indispensável para conciliar objetivos duplamente contraditórios: fornecer todos os elementos necessários à análise objetiva da posição da pessoa interrogada e à compreensão de suas tomadas de posição, sem instaurar com ela a distância objetivante que a reduziria ao estado de curiosidade entomológica; adotar um ponto de vista tão próximo quanto possível do seu sem para tanto projetar-se inevitavelmente nesse *alter ego* que é sempre, quer queiramos ou não, um objeto, para se tornar abusivamente o sujeito de sua visão do mundo. E ele nunca terá conseguido tão bem, em seu empreendimento de objetivação participante, senão quando chega a dar as aparências da evidência e do natural, até da submissão ingênua ao dado, a construções totalmente habitadas por sua reflexão crítica.

Pierre Bourdieu

O espaço dos pontos de vista

Para compreender o que se passa em lugares que, como os “conjuntos habitacionais” ou os “grandes conjuntos”, e também numerosos estabelecimentos escolares, aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem, não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los como eles o são na realidade, não para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o que resulta da confrontação de visões de mundo diferentes ou antagonicas: isto é, em certos casos, o *trágico* que nasce do confronto sem concessão nem compromisso possível de pontos de vista incompatíveis, porque igualmente fundados em razão social.

Se as entrevistas foram concebidas e construídas como conjunto auto-suficiente, suscetíveis de serem lidas isoladamente (e numa ordem qualquer), elas foram distribuídas de maneira que as pessoas pertencentes a categorias que têm possibilidade de ser aproximadas, até confrontadas, no espaço físico (como os zeladores de HLM e os habitantes, adultos ou adolescentes, operários, artesãos ou comerciantes, desse gênero de residência) encontram-se também aproximadas na leitura. Espera-se, assim, produzir dois efeitos: mostrar que os lugares ditos “difíceis” (como hoje o conjunto habitacional ou a escola) são, primeiramente, *difíceis de descrever e de pensar* e que é preciso substituir as imagens simplistas e unilaterais (aquelas que a imprensa sobretudo veicula), por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, às vezes inconciliáveis; e, à maneira de romancistas como Faulkner, Joyce ou Virginia Woolf, abandonar o ponto de vista único, central, dominante, em suma, quase divino, no qual se situa geralmente o observador e também seu

feitor (ao menos enquanto ele não estiver concenrido), em proveito da pluralidade de suas perspectivas, correspondendo à pluralidade dos pontos de vista coexistentes e às vezes diretamente concorrentes¹.

Esse perspectivismo nada tem de um relativismo subjetivista, que conduziria a uma forma de cinismo ou de nihilismo. Ele está realmente fundado na própria realidade do mundo social e contribui para explicar grande parte do que acontece neste mundo, e, em particular, inumeráveis sofrimentos oriundos do choque de interesses, de disposições e de estilos de vida diferentes que a coabitação favorece—principalmente no local de residência ou no ambiente de trabalho, de pessoas diferindo sob todos esses aspectos. É no interior de cada um dos grupos penmanentes (vizinhos de bairro ou de prédio, colegas de escritório, etc.), horizonte vivido de todas as experiências, que são percebidas e vividas, com todos os erros (principalmente de perspectiva), resultando do efeito da tela as oposições, em matéria de estilo de vida, sobretudo, que separam classes, etnias ou gerações diferentes. Mesmo se se encontram às vezes pessoas cuja trajetória e posição incluem nem para uma visão fragmentada e dividida contra ela mesma (penso nessa comerciante de artigos de esporte de um conjunto habitacional “difícil” que se acha com motivos para se defender com vigor das agressões dos jovens, ao mesmo tempo que os olha com compaixão), o confronto direto das diferenças tem como efeito favorecer a lucidez interessada e parcial da polémica (é o caso, por exemplo, quando certa imigrante espanhola invoca a diferença entre as estruturas das famílias européias, que combinam uma taxa de fecundidade baixa e, muitas vezes, uma forte disciplina de vida, e as famílias norte-africanas, bastante prolfeferas e muitas vezes voltadas à anomia pela crise de autoridade paterna resultante da condição de exilado, mal adaptado e, às vezes, colocado sob a dependência de seus próprios filhos).

Não que a experiência da posição ocupada no macrocosmo social não seja determinada ou, ao menos, alterada pelo efeito diretamente provado das interações sociais no interior desses microcosmos sociais, escritório, oficina, pequena empresa, vizinhança e também família extensa. A peça de Patrick Süskind, *O contrabaixo*, oferece uma imagem particularmente feliz da experiência dolorosa que podem ter do mundo social todos aqueles que, como o contrabaixista no meio da orquestra, ocupam uma posição inferior e obscura no interior de um universo

1. Poder-se-ia também invocar o modelo de *Don Quixote* que, sobretudo dando nomes diferentes, explicados por justificativas etimológicas diversas, aos mesmos personagens, ou jogando sobre os níveis de linguagem, tenta restituir a “multivalência que as palavras possuem para os diferentes espíritos” e, ao mesmo tempo, a pluralidade de perspectivas que constituem a complexidade e a ambigüidade da existência humana (cf. L. Spitzer, *Linguistic Perpectivism in “Don Quijote”*, *Linguistics and Literary History: Essays in Linguistics*, Princeton University Press, Princeton, 1948, p. 41-85).

prestigioso e privilegiado, experiência tanto mais dolorosa sem dúvida porque este universo, do qual eles participam justo o suficiente para provar seu relativo rebaixamento, está situado mais alto no espaço global. Esta *miséria de posição*, relativa ao ponto de vista daquele que a experimenta fechando-se nos limites do microcosmo, está voltada a parecer “totalmente relativa”, como se diz, isto é, completamente irreal, se, tomando o ponto de vista do macrocosmo, ela for comparada à grande miséria de condição; referência quotidianamente utilizada para fins de condenação (“você não tem do que se queixar”) ou do consolo (“há coisa muito pior, você sabe”). Mas estabelecer a grande miséria como medida exclusiva de todas as misérias é proibir-se de *perceber e compreender toda uma parte de sofrimentos característicos de uma ordem social* que tem, sem dúvida, feito recuar a grande miséria (menos, todavia, do que se diz com frequência), mas que, diferenciando-se, tem também multiplicado os espaços sociais (campos e subcampos especializados), que têm oferecido as condições favoráveis a um desenvolvimento sem precedentes de todas as formas da pequena miséria. E não se teria dado uma representação justa de um mundo que, como o cosmos social, tem a peculiaridade de produzir inumeráveis representações de si mesmo, se não se tivesse feito seu lugar no espaço dos pontos de Vista para essas categorias particularmente expostas à pequena miséria que são todas as profissões que têm por missão tratar a grande miséria ou falar dela, como todas as distorções ligadas à particularidade de seu ponto de vista.

A rua dos Junquinhos

Este conjunto de habitações heteróclitas, primeiramente designado por iniciais burocráticas, ZUP (Zona a urbanizar com prioridade), depois rebatizada “Val Saint Martin”, um desses eufemismos pelos quais os responsáveis pelas “operações” de “desenvolvimento social dos bairros” (DSO) pretendem “mudar a imagem” dos bairros a restaurar, é, como as populações que o habitam, o traço visível que as políticas industriais sucessivas têm deixado, como sedimentos, sobre as antigas terras agrícolas que se estendem ao pé do monte Saint Martin e de sua igreja romana. A torre de 14 andares foi destruída no começo dos anos 90, não resta mais hoje em dia que um arruamento de pequenas casas geminadas, em “acesso à propriedade”, ocupadas por famílias de operários qualificados, chefes de equipe ou contramestres da indústria metalúrgica que, muitas vezes oriundos do estrangeiro, principalmente da Argélia, estão, quase a metade, desempregados ou em pré-aposentadoria, em consequência das diferentes “reestruturações” da indústria siderúrgica.

Os senhores Leblond e Amezziane moram num lado e noutra da rua dos Junquinhos, larga avenida sem árvores, ladeada de pequenas casas com um minúsculo jardim (quatro metros quadrados), cercado por um pequeno muro e freqüentemente coberto de papéis, de brinquedos quebrados e de utensílios abandonados: estas habitações comportam, em cima de uma garagem, situada ao rés do chão, com a lavanderia e o banheiro, um apartamento de três cômodos, ao qual se tem acesso por uma escada muito firme, de cimento bruto, como se pode ver na casa do senhor Amezziane, que ficou como original, apenas com alguns toldos em forma de proteção.

Exceto à hora de saída das aulas, quando ela se transforma em área de brinquedos para as crianças, a rua dos Junquinhos, talvez ela nem lembre nada do que anima ordinariamente o espaço urbano, acougues, padarias, mercearias, cafés, bancas de jornais, ou de cigarros, está quase sempre vazia, e ela lembra naturalmente a palavra deserto, que as pessoas da região empregam freqüentemente para

designar o que se fez de sua região depois do fechamento das fábricas e da destruição dos edifícios, o que deixou um imenso vazio e o nada na paisagem.

Os moradores da rua dos Junquinhos são um pouco como os sobreviventes de um imenso desastre coletivo, e eles sabem disso. Com as fábricas sua razão de ser desapareceu: eles aj chegaram muito naturalmente, às vezes muito cedo, aos 14 anos, depois do diploma de escolaridade, acompanhando seus pais, e eles aí des-tinavam muito naturalmente a sorte de seus filhos. É também seu passado, e todo o universo de relações profissionais, que eles se esforçam por preservar, de uma maneira regular, agarrando-se a todas a oportunidades de se reencontrar, no botiquim ou no supermercado, separado de sua residência por vias expressas, onde eles passam manhãs inteiras discutindo. Mas é, sobretudo, seu futuro, a manutenção e a justificação de seu passado, o de seus filhos, hoje votados a uma permanência prolongada em uma escola secundária muito eficiente para desviá-los da fábrica, sem condição de lhes oferecer outra coisa, na maior parte do tempo, além de diplomas desvalorizados, isto é, muitas vezes, nesta região em crise, a promessa do desemprego.

O senhor e a senhora Leblond concordaram em receber-nos mediante a recomendação de um parente distante. O senhor Leblond estava de folga naquela manhã. As crianças estavam na escola. Eles ouviram o barulho do carro: ele nos abriu a porta do térreo antes que nós tivéssemos descido. A senhora Leblond ficou no andar superior, mas apareceu logo em seguida, no topo da escada. Estavam vestidos com cuidado: ele com uma camisa xadrez, ela com um vestido florido, e seu cabelo estava um pouco arranjado, como se se tratasse de uma prova que eles tivessem que enfrentar juntos, eles nos receberam como casal; assim eles se mostravam mais, mas cada um deles manifestou, sem dúvida, um sentimento de reass-egurar-se da presença do outro a seu lado. Estavam um pouco intimidados, não entendendo bem o que se esperava deles (eles perguntarão no final: “Mas o que vão fazer com tudo isto?”). Eles se refugiaram, como nós, atrás de fórmulas de polidez de costume em circunstâncias parecidas. Ela se agarrou nele e não o deixava, exceto para ir à cozinha buscar café (ele já estava pronto; ela tirou xícaras de porcelana do armário). Ela resistiu a nossas tentativas para estabelecer dois diálogos separados. Com o olhar, ele a fez participar da conversa. Quando ela falava, solicitava a aprovação dele; gravemente, ele aprovava, mas não intervi- nha, como por respeito.

Nós nos assentamos frente a frente, de um lado e do outro da grande mesa que ocupa quase toda a sala de jantar. É o centro da vida familiar: as filhas fazem af os seus deveres, enquanto sua mãe cose ou tricota (um tricô estava pendente da prateleira, e lá estavam papéis, cadernos das filhas, roupas de jeans a encurtar). Nesse pequeno mundo caloroso, mas como que fechado em si mesmo e se bas- tando perfeitamente, com o guarda-louça cuidadosamente limpo, coberto de fotos

das meninas e bibelôs cercando o diploma da filha mais velha, sua estante com livros, enfeitada também com bibelôs e fotos, e comportando três fileiras de obras de divulgação, seu sofá coberto de almofadas bordadas com cores vivas, diante da televisão, suas plantas engorduradas, seu côzinho, cercado de todos os cuida- dentes, confiantes e, todavia, tomados de inquietações, até mesmo receosos, quando foram evocados, em palavras figuradas, certos problemas com a vizinhança. Eles eram das últimas famílias de origem francesa a morar na rua dos Junquinhos. Foi a senhora Leblond que o fez observar, no final da entrevista: “Você sabe, naquela esquina, se contarmos, oh! são sete franceses, sete franceses, porque, mesmo em frente, lá, nada mais que sete pequenas casas, lá...”, para acrescentar mais logo: “Oh! bem, você sabe, eu quase não saio”.

Esse não é mais que um dos sinais, e sem dúvida o mais doloroso, da deca- dência individual que acompanhou a decadência coletiva das empresas indus- triais da região. E o senhor Leblond, que escapou, um pouco por milagre, às grandes ondas de dispensas (ainda uma palavra-tabu: os responsáveis pela “rees- truturação da siderurgia” falaram de “supressões de emprego com um plano so- cial”) e que conseguiu manter seu emprego de agente de controle (do metal acabado) descreve todos os sinais acumulados da degradação de sua condição profissional: o salário rebaixado de 30 a 40% (já que ele não trabalhava mais em boca de alto-forno, nem mais nos fins-de-semana); as equipes de trabalho ampu- tadas, às vezes pela metade, como a sua, que passa de nove para quatro pessoas, se bem que elas acolham uma fração mais e mais importante de trabalhadores desqualificados (de antigos que é preciso recolocar, aguardando aposentadoria) ou superficialmente reciclados, e isso para uma produção constante ou mesmo aumentada; os constrangimentos e os controles aumentados para minimizar as ausências, mesmo em caso de doença (“não podemos adoecer, não há ninguém para nos substituir”); “agora é preciso pedir autorização para ficar doente...”; “O rapaz quebra um pé, quebra um braço na fábrica, há um carro da fábrica que o vem buscar em casa e o traz de volta todos os dias”); os sindicatos enfraquecidos, principalmente pela dificuldade de mobilização dos trabalhadores desencantados e levados a se sentirem felizes por terem um emprego (“Repetem muito isto, repetem muito, dizendo: ‘tu tens trabalho, considera-te feliz...’ Bom, bem, dá o que pensar: ‘considera-te feliz, tu tens trabalho’. Já fazia sete anos que não faltava por doença; falei no mês de setembro, tive diarreia, por isso tive de ficar em casa nove dias; quando retomei meu trabalho, meu chefe de serviço me chamou e disse que eu estava com má vontade. E somente me perguntou o que eu havia tido”). A ausência de admissão de jovens, enfim, o que mostra que o ciclo da reprodução da empresa, e, com ele, o das famílias que lhe são ligadas, se encontra inter- rompido: “Há jovens que entram? No momento, não. É o que se quereria, mas...

Sobretudo, sobre a pirâmide das idades, em Longwy, a pirâmide é bastante velha, e é por isso que os sindicatos lutam para a demissão das pessoas com 50 a 55 anos para, em contrapartida, entrarem jovens”.

Esta crise da reprodução, que está ligada, para uma grande parte, aos efeitos da escola, é sem dúvida um dos maiores motivos de preocupação. Que ela atinge a situação na fábrica ou a escolaridade das duas filhas, a mais velha que quer ser enfermeira e que “gosta muito de crianças” (“você lhe dá uma turma de crianças para cuidar e ela cuida muito bem e gosta muito”) ou a caçula, que está na quarta série, “classe de transição”, e que vai à escola satisfeita, depois que prepara os legumes ou faz pastéis ou bolinhos para as crianças da creche, a conversa sempre volta a isso naturalmente. E entre os motivos que são invocados para explicar a desafeição dos jovens pelo trabalho na fábrica (“No meu tempo, os jovens talvez tenham sido menos difíceis do que os de agora”), menciona-se, em primeiro lugar, a escola e as aspirações muito precisas, muito circunscritas, que ela inculca: “Os jovens são formados demais na escola, coloca-se muita coisa em suas cabeças, bom, se você se torna aprendiz para tal serviço, você terá tal serviço; quando o jovem sai, embora tenha o seu CAP, se ele encontra um talvez quase igual, ele não o pega porque não é do seu ramo, e aí eu acho que está o erro das escolas”. Mas ele observa, ao mesmo tempo, que muitos pais “pedem ao bom Deus que os garotos fiquem na escola o maior tempo possível”, acompanhando assim os desejos de seus filhos que não querem ouvir falar da fábrica e que poderiam todos dizer, com o filho de um de seus colegas, do qual ele fala com uma espécie de fascinação (dentor de um CAP de cozinheiro, ele se prepara para um vestibular de curso técnico e gostaria de fazer, mais tarde, um curso de copeiro). “Enquanto estou na escola, não estou desempregado”. “É triste dizer”, acrescenta o senhor Leblond, “mas é assim”, ele vê com muita naturalidade o fato de sua filha querer ser enfermeira: “ela consegue isso (...) com sete anos de escola”.

Todavia, ele diz muito bem tudo o que separa sua geração (ele tem hoje pouco mais de quarenta anos), para quem a escola não representou muito, da seguinte: depois de um último ano de escola primária pouco ativa (depois de um desentendimento com seu pai, o professor o havia isolado no fundo da sala, e um diploma obtido um pouco por sorte (ele se lembra, rindo, que havia cometido 52 erros de ortografia), ele matriculou-se espontaneamente, aos 14 anos, no Centro de Aprendizagem da fábrica onde trabalhava seu pai. Depois, após dois anos, entrou para o mesmo serviço que o dele, mas em outra fábrica, e ele descobriu, sem perceber, principalmente através de “visitas” a oficinas e locais voltados para esse fim, o verdadeiro universo da fábrica que entrevia já através dos relatos paternos e onde tinha muitas relações: “La-se visitar os locais de trabalho nas fábricas. Bom, bem, lá, percebe-se que existem, no entanto, locais onde os rapazes, eles não estavam... La-se aos altos-fornos, ia-se à aciaria, não eram locais... É aí que acontece o cho-

que, é aí onde se vê a aglomeração, a coqueria, o rapaz que passa oito horas lá dentro e, no entanto...” Como no depoimento da senhora Leblond sobre seus anos de trabalho na fábrica, apenas algumas entonações, alguns olhares, onde se lê a evocação de uma experiência terrível, e incommunicável, e, sobretudo, certas pausas (as três frases citadas ficam inacabadas, como que suspensas diante do indizível) estão lá para evocar a amplitude e a violência do choque que o primeiro contato com o mundo da fábrica representa, apesar da preparação e da resignação preliminares.

A formação se fazia “no local de trabalho”, por um aprendizado prático que não outorgava nenhum título: “Não tenho nenhum diploma, não tenho nada, de qualquer maneira, um CAP de agente de controle de metalógrafo, isso não serve para absolutamente nada”. Tinham proposto a ele para preparar um CAP no ano de seu casamento, isto é, 13 anos após seu ingresso na fábrica, mas logo parou, ele que tinha ficado “nas frações”, por causa da álgebra. E ele não vê, retrospectivamente, o que teria podido lhe trazer uma formação puramente teórica, mesmo em física ou em química, que ele não tivesse adquirido na prática, “à força, à força...” “Lá, sabe-se muito bem agora que, tendo um aço com tanto de carbono e tanto de manganês, oberei tal coisa, tendo tanto de enxofre, se terá uma estrutura diferente. Digamos, isso veio pela prática”. É um pouco o seu próprio relato que ele desenha, sem pensar nisso, por isso sem o menor traço de validade, quando ele opõe os operários formados à moda antiga aos que passaram pela escola: “Bem, eles têm os diplomas, eles têm a técnica, mas eles não têm a prática, é isso que está em falta, no momento atual, na fábrica: precisa-se de muitíssimos rapazes com prática, rapazes que conheçam sua instalação; como digo sempre, naquele tempo, havia um velho que estava lá, bom, bem, ele conhecia sua instalação; se diziam para ele que havia um defeito na extremidade de um fio, ele vinha ver, olhava-o, começava, fazia duas vezes ir e voltar sobre a engrenagem, ele voltava: “isso vem da caixa, lá” e depois o rapaz não errava mais. Ele não errava, ao passo que, agora, se aparece um defeito, tem-se um problema, procura daqui, procura dali, e depois que é encontrado, não mais se sabe onde foi encontrado, pois não há ninguém lá para dizer.” E ele pode enunciar em uma frase, pelo efeito da autocorreção, a ambiguidade do privilégio que representava uma tal continuidade, o perfeito ajustamento dentro do posto ocupado, que não andava sem uma forma de orgulho, implicando também uma profunda submissão à necessidade: “O problema está aí: é que nós, com o centro de aprendizagem, tivemos, todavia, a felicidade, ou a infelicidade, digamos, de conhecer a fábrica”.

É, sem dúvida, esta profunda integração à ordem industrial e, em consequência, à ordem social, que, mais, sem dúvida, que as tradições religiosas ou mesmo o estilo de vida, o separa de Armeziane, operário de origem argelina, devolvido ao desemprego pelas demissões em massa dos anos 80, que mora um pouco mais

acima, do outro lado da rua (Leblond apresenta, de passagem, alguns indícios de sua integração: é graças à intervenção de seu chefe de serviço que ele obtém da "Familiatè", sociedade de H.L.M., o direito de trocar com um vizinho, de mudança, o apartamento que ele adquirira, quando se casou, graças ao apoio do presidente de seu clube de basquete. Ele é árbitro de basquete, e o exercício desta função lhe confere uma certa autoridade sobre os jovens do lugar, e mesmo da região; ele faz parte da associação de pais de alunos e, por isso, conhece quase todo mundo: ele participa da vida sindical e, se bem que não tenha assumido nenhuma posição militante, ele se empenhou sem reservas nas lutas dos anos 70 contra o desmembramento da indústria siderúrgica). Há entre Leblond e Amezziane, e suas famílias, e também seus apartamentos (o de Amezziane dá uma impressão de frieza e de desnudamento com seu divã em "skai", sem almofadas, sua tapeçaria barata, representando uma mesquita, sua mesa baixa de ferro fundido, toda a distância que separa o proletário – mesmo decaído ou em decadência, com seus rendimentos reduzidos, mas regulares, suas contas em dia, seu futuro, apesar de tudo relativamente garantido – do antigo operário que a queda no desemprego, sem proteção nem garantias, remete à condição de subproletário, desprovido, desorganizado, preocupado com a sobrevivência, com dificuldade, no dia-a-dia, entre os aluguéis não pagos e as dívidas impagáveis.

Chegando à França em 1960, Amezziane trabalhou primeiramente, em várias empresas, seis meses numa, 15 dias noutra ("o patrão era muito duro, fui eu quem pedi as contas"), um mês e meio numa terceira, e assim por diante, forçado cada vez aos trabalhos mais pesados, e mal pagos, da construção civil. Em dezembro de 1962, ele foi admitido numa empresa de Longwy onde permaneceu durante 22 anos, exceto uma interrupção de dois anos (quatro meses de férias na Argélia, depois dos quais ele empregou-se em Marselha, durante dois meses, depois em Chambéry, antes de ser reintegrado em sua empresa de Longwy, uma filial de Usinor, fabricante de materiais de construção a partir de resíduos da siderurgia, que lhe guardou o lugar de condutor e foi avisado por um primo, que trabalhava também aí). Dispensado em 1984, sem se beneficiar da aposentadoria (não havia atingido os 50 anos), ele encontrou um trabalho em Haute-Savoie, sempre através de um primo, porém mal pago e explorado (ele ganha 3.600 francos por mês por 9 horas de trabalho por dia), ele volta a Longwy, após 3 meses; ele fez, em 1989, um estágio onde aprendeu pintura, ladrilhagem, e também a ler e escrever (ele sempre foi analfabeto e, ele próprio o deplora, falava muito mal o francês), mas, depois, ele volta a cair no desemprego até conseguir, dentro de um Contrato Emprego-Solidariedade, um trabalho de meio expediente em um CES, que lhe garante 3.900 francos por mês, aos quais acrescentam-se os 700 francos dos Assedic, recursos dos quais ele deve reservar mais da metade para cobrir as despesas fixas, ou seja, 1.400 francos para o aluguel (2.400 francos por mês, menos 1.000 francos

da APL), 500 francos para os impostos locais, aos quais se acrescentam eletricidade, gás, água, etc.

Calcula em 1.500 francos por mês, no máximo, o quanto pode dispor para sustentar a família de seis pessoas, das quais quatro são crianças (sua mulher juntou-se a ele na França em 1981 e trouxe consigo os dois primeiros filhos, tendo os outros dois nascido depois), isto sem contar com as dívidas, muito diversas e muito importantes, e os processos que se seguem, para o gás, para a locação (ele imagina, mas um amigo, que participa da entrevista, acha que fizeram armação com ele, dizendo que ele deve dois milhões antigos à "Familiatè"), para a SNFC ("ele entrou com um processo para minha mulher, no último ano, de 2.000 francos, ela perdeu o bilhete de trem, que chegava a 2.200 francos, agora vou pagá-los"), para o hospital ("lá também, a conta chega a 2.000, quase 3.000 francos"), etc. Ele está, pois, condenado a incessantes acrobacias e não podendo pagar, de uma vez, todas as dívidas ("... Depois, os outros, o que vão comer? O que vão comer?"), que ele calcula em 1.000.000 ou 1.200.000 francos (antigos), ele se esforça para "pagar suavemente", dando 150 francos aqui, para "acalmar um pouco", 200 francos ali. Entretanto, ele tem tido necessidade de batalhar e verificar minuciosamente a situação de seus recursos para poder ir aos restaurantes preferidos.

Seu contrato termina em 5 de julho. Ele não sabe o que fará depois: "Oh! Eu não sei! Não sei o que vou fazer. Não agüento mais. Vou partir. Não agüento mais, eu vou embora! É isso. É a verdade. Por que fazer isso? Ganho quatro moedas, perdi oito moedas, então..." Mas pode ele, de fato, voltar para a Argélia, como deseja, e também sua mulher? Com efeito, se bem que ele afirme várias vezes o contrário, se bem que ele repita com muita insistência que "não tem medo", que ele possui casa e terreno que pode ser cultivado ("minha mulher pega a enxada e vai capinar o jardim, eu vou plantando atrás"), ele sabe que está "acuadao" por todos os lados. É muito tarde para encontrar um trabalho lá e ele perderia os magros recursos que recebe a título de desemprego. O vizinho, argelino como ele, que assiste à entrevista, resume assim a situação: "Nós agora somos como os pés-negros: se votarmos, não somos argelinos; se ficamos aqui, não somos franceses".

Interrogado sobre seus vizinhos (como ele, bem entendido, sobre os franceses) e sobre seu relacionamento com eles, ele responde mais ou menos com os mesmos termos da senhora Leblond: sem dúvida porque ele não pode dizer, por razões diversas, nem que é bom, nem que é mau, e o descreve como nulo, ou neutro, isto é, reduzido ao "bom-dia", "boa-tarde", que, para os operários e empregados que eu interrogava nos anos 60, na Argélia, servia para resumir, ou sim-bolizar, a desumanidade das relações no trabalho. É a susceptibilidade extrema que ele manifesta quando se evocam suas origens argelinas ou a eventualidade de seu retorno à Argélia, atesta que ele é sensível às agressões daqueles que censu-

ram os argelinos por tomarem o trabalho dos franceses e dizem para eles voltarem para seu país.

Este certamente não é o caso do senhor Leblond que, como ele mesmo diz, e pode-se crer nele, respeita os argelinos e espera em troca ser respeitado por eles. Mas a fisionomia e os gestos, boca um tanto apertada, olhos erguidos para o céu, por meio dos quais sua mulher dá a entender que ela não pode dizer tudo o que teria a dizer quando lembram-se as relações com a vizinhança, e as dificuldades da vida no bairro, seu cuidado em dizer que ela nunca sai e que ela reduz suas relações com a vizinhança ao estrito necessário, a ênfase que ele próprio coloca no número muito elevado de filhos de emigrados na população escolar (ele a situa em torno de 80%, pois em 1988 havia apenas 224 argelinos e 144 marroquinos entre 651 alunos nas escolas elementares, e 260 estrangeiros entre 463 alunos no CES), nas dificuldades que encontram os professores nos estabelecimentos de ensino do lugar e que sua participação nos conselhos de pais de alunos leva-o a conhecer de perto as restrições que ele coloca quando fala de seus colegas argelinos (“eu tenho um que está bem, é preciso reconhecer, para um árabe, ele está bem”) ou as críticas que ele tece contra o tratamento favorável lhes é feito no tempo do Ramadã, tudo tende a mostrar que as tradições e as convicções internacionaisistas e anti-facistas que eles adquiriram por meio de sua educação e de seus comprometimentos políticos (a senhora Leblond também trabalhou por cinco anos na fábrica, até o nascimento de sua primeira filha) e que são reforçados pelas condenações oficiais da discriminação e dos preconceitos raciais, são submetidos a uma dura prova, no dia-a-dia, pelo confronto com as dificuldades reais da coabitación (pode-se saber por outros testemunhos, colhidos nas relações mais íntimas, onde tudo pode ser dito sem dissimulação ou suspeita, tal como o desta antiga militante socialista que, sobretudo no verão e em época de festas, não pode mais suportar o barulho e os odores do imóvel ao qual ela se sente acorrentada, ou o deste casal de velhos militantes comunistas que, pelas mesmas razões, tiveram de se mudar, com a morte na alma, com o sentimento de faltar com todas as suas convicções).

Seria sem dúvida totalmente falso ver uma concessão ao decoro imposto pela situação da entrevistada e pela relação com supostos portadores dos valores oficiais nos esforços manifestos que o senhor Leblond faz para pôr em prática os valores de tolerância, ou melhor, e mais simplesmente, de compreensão (“eu me coloco em seu lugar”, diz ele repetidas vezes). Mas é necessário também ouvi-lo quando ele diz quanto “é horrível”, para ele, o período do Ramadã: “Oh, lá, lá...! Bem, é horrível porque, eu vou dizer que é horrível, bem, é verdade que eles, dormem de dia, eles são calmos, os adultos, mas os pequenos... os filhos estão na rua. É preciso os filhos reclamar. E depois eles começam a viver às dez horas da noite, então, como você vai dormir, bem, palavra de honra, você tem direito ao barulho. Então, lá...” ou quando ele distingue os imigrantes (entre eles, ele isola “o argelino

e o marroquino”, mas para lembrar imediatamente que “há os mesmos problemas com portugueses e italianos” e que muitas das dificuldades encontradas no bairro são imputadas a uma única família de origem francesa) segundo a capacidade que eles têm de se adaptar à vida francesa, e que se mede, segundo ele, pelo grau no qual “as crianças devem andar como franceses”.

E, de fato, os efeitos da coabitación mais difíceis de tolerar, barulho, brigas, depredações ou degradações, são imputáveis a essas crianças e a esses adolescentes que, condenados à privação e à pobreza, e, sobretudo, no ambiente escolar, para o qual nada os prepara, aos reveses e à humilhação (240 entre 651 alunos nas escolas elementares e 274 entre 463 alunos do CES têm um ano de atraso ou mais) escapam, às vezes completamente, como os dois filhos mais velhos de Amezziane, ao controle familiar. Podia-se pressenti-lo, com um golpe de vista, quando um deles (talvez o que havia ferido, com uma bola, uma das professoras da escola, acarretando para seu pai uma multa de 2.000 francos) apareceu, irônico e agressivo, à porta do apartamento, no momento em que sua mãe fazia uma breve aparição para servir o chá e, sobretudo, ouvindo o tom, na aparência indiferente ou mesmo um pouco indignado, e de fato profundamente desesperado, com o qual este homem que segurava terramente em seus braços, durante toda a entrevista, a última de sua filhas, falava de seus dois filhos: “Ah! Não me preocupo com os outros, eu... *lele fala deles como se se tratasse de estranhos!*. Por que me preocupar? (...) Eles não me ouvem. Eles não me ouvem... Então...” E o vizinho corrige: “Ele se preocupa sim, mas eles não querem escutar...” Transferindo de algum modo seu desencanto para os mais jovens, nos quais, no momento, não há nada que censurar (“Oh! agora está bem, até quando eles tiverem 12, 15 anos, e depois, eu não sei, porque serão sempre os mesmos”), ele antecipa o momento quando eles escaparão também do seu controle, isto é, o momento quando descobrirem, como seus filhos mais velhos, cujas palavras ele certamente relata, que, afinal de contas, à saída da escola, que eles tenham trabalhado bem ou não, o resultado é o mesmo (“Até o fim você acha nada, zero! Então, são sempre os mesmos, trabalhando bem, não trabalhando bem...”). E se ele dá razão a Leblond quando este imputa à crise da autoridade doméstica nas famílias norte-africanas as principais dificuldades da coabitación, ele se esforça para encontrar uma explicação, quando não uma justificativa, para a revolta dos filhos de imigrantes, invocando as decepções suscitadas pela escola ou, mais precisamente, pelo fracasso na escola ou pelo insucesso dos detentores de títulos escolares no mercado de trabalho. É preciso, assim, deixar para ele a última palavra: é esta fatalidade, a do subemprego, que sofrem de forma dobrada as vítimas “privilegiadas” pelo fracasso escolar e da discriminação, que será necessário conjurar se se quiser que as ruas do “Val Saint Martin” mereçam um dia os nomes de flores que lhes forem atribuídos, um pouco imprudentemente, por algum tecnocrata do “Desenvolvimento Social Urbano”.

Com duas famílias operárias

— Entrevista de Pierre Bourdieu e Rosine Christin

“Vivem juntos...”

[A conversa inicia a propósito das duas filhas, cujas fotos estão na cristaleira.]

— *A mãe delas, engrandecida, não é mais nova...*

Leblond — Ela não sabe o que quer fazer.

— *Tem 14 anos...*

Leblond — Alguém vai lhe dizer: “Você brinca com boneca”, ou vai lhe dizer: “Você quer ser doutora”, ela vai responder: sim. Grande problema.

— *Ela estudou sempre aqui?*

Dona Leblond — Sim, sim, ela sempre esteve naquela escola.

Leblond — No CES daqui.

— *Ela está em que série?*

Leblond — Na CPPN, classe de transição, digamos que é para enviá-los depois para uma quarta (série) técnica ou uma quarta CAP, para ver um pouco como eles podem orientar os...

— *E ela sabe um pouco o que ela quer fazer? Não muito?*

Leblond — Bom, ela vai à creche, ela limpa (...), tudo isso, isso lhe agrada. Lá ela faz pastéis, um pouco de... na escola, bem, isso lhe agrada.

Dona Leblond — Ela se vira bem.

Leblond — É isso, é isso. Enfim digamos que este ano ela vai à escola satisfeita.

— *Antes ela não gostava muito?*

Dona Leblond — Não.

Leblond — Bem, antes não chegava a acompanhar certas matérias como deveria, então ela paria... ela ia à escola, mas digamos que ela ia... até os professores acham que ela está melhor neste ano que... ela não estava bem. Ela não se sentia bem.

— *Ela não entendia ou isso lhe agradava?*

Dona Leblond — Havia coisas que ela não compreendia, mas não tinha coragem de perguntar ao professor, então ela permanecia como estava: ela não tinha compreendido, ela não tinha compreendido. E nós lhe dizíamos: “Pergunte ao professor...”

[...]

— *E agora, ela gosta do que faz?*

Dona Leblond — Bem, sim, isso lhe agrada, ela prepara os legumes, hoje vão fazer bolinhos para as crianças na creche. Ela gosta disto; sim, sim.

— *Ela poderia cursar a CAP, ou algo assim.*

Dona Leblond — Sim, cozinheira, uma coisa dessas.

Leblond — Sim, como eles chamam isso? Oh, não me lembro...

— *Há empregos, aqui, enfim, não se sabe ainda...*

Leblond — Oh! Empregos! [r?] há muito na ANPE, mas na realidade não há muito. Os empregos, os empregos, sim, houve um tempo em que havia empregos, mas agora... Mas, com tudo o que se vê, é igual, criam-se muitas empresas, mas há muitas empresas que despenham tão depressa quanto nasceram, então isso gera empregos; sim, é verdade, se tomarmos o balanço que fazem na prefeitura de Longwy, lá eles fazem um balanço para verificar a criação de empregos: houve criação de empregos. Mas, na realidade, eles não criaram absolutamente nada, isso mudou de nome, sim, uma empresa que se instala faz isso, sim, porque isso muda de nome, mas pequenas empresas tem havido muitas, muitas instaladas, mas tem havido muitas que fecham. Infelizmente.

[...]

— *Sim, e depois os jovens, como frequentaram a escola, em muitos lugares, eles não têm tanta vontade de ir para a fábrica, este é o problema.*

Leblond — O problema, está aí, é que nós, com o centro de aprendizagem, tínhamos, no entanto, a felicidade, enfim a felicidade ou a infelicidade, digamos, de conhecer a fábrica, porque fomos, tínhamos acesso a ela, íamos fazer visitas...

— *Havia uma transição, é isso...*

Leblond — ... íamos ver, bom, bem, os rapazes que preparavam um CAP, de acordo com o seu ramo, iam trabalhar e fazer estágio no serviço para onde eles poderiam ir, então as pessoas viam que esse seria seu trabalho, ao passo que agora os jovens, eles saem da escola, por mais que se lhes diga a mesma coisa...

— *Sim, eles ficam até os 16 anos e depois...*

Leblond — E depois, é que eles matriculam-se em outras escolas, bom, bem, eles

vão para outras escolas e quando chegam aos empregos... Digamos que agora as pessoas que vão chegar, os jovens que chegam, eles estariam talvez melhor qualificados em técnica, em teoria, mas na prática é preciso aprender tudo.

— *E, no momento atual, que saídas eles têm?*

— *E entre seus colegas, vocês devem conversar sobre isto?*

Leblond — Bem, eles pedem ao bom Deus que os garotos frequentem a escola o máximo de tempo possível; é triste dizer, mas é assim. Eu tenho um colega, ele tem um garoto, seu rapaz que fez o CAP de cozinha, ele se prepara para um vestibular técnico e agora ele quer voltar, porque, este ano, ele vai cursar seu vestibular profissional, seu vestibular técnico e agora ele gostaria de matricular-se numa escola de copeiros, porque não há vaga...

— *Isso não tem nada a ver com o que ele aprendeu?*

Leblond — Não, mas ele se esforçará em vão, mas é para lhe dizer, de não ficar desempregado!

— *É assim mesmo, não tem jeito...*

— *E ele não tem vontade de ir trabalhar na fábrica?*

Leblond — Não, para ele a fábrica, não é preciso de lhe falar da fábrica, de qual quer modo ele seguiu um ramo diferente da fábrica, mas digamos que ele teve a oportunidade de fazer vários estágios, de ver como é, e depois, se ele encontra uma escola de copeiro, ele vai fazer um curso de copeiro, bom, bem, depois ele irá, talvez, fazer um curso, enquanto ele está na escola, como ele diz, “enquanto estou na escola, não estou no desemprego”; quem trabalha num hotel ou tem capacidade de ter seu próprio negócio, seu restaurante, mas não tem os meios financeiros...

— *Sim, é isso, é preciso um capital...*

Leblond — ... ele não tem capital e seus pais não têm capital para ele comprar alguma coisa e ele diz: "ir fazer um aprendizado num serviço qualquer"...

— *Mas como, isto custa caro, no entanto, um garoto como esse, como ele se virá?... De biccasas?*

Leblond — Eles fazem, digamos, os que estão em hotelaria, eu vejo como ele, lá seu filho trabalha praticamente todo fim de semana; bom, eles arranjaram para si bons fins-de-semana, eles trabalham seja em um hotel, seja em um restaurante, seja, bom, bem, como ele pode até mesmo fazer refeições; bom, bem, ele faz refeições...

— *É isso, mas nisso ele se sustenta, mas há quem...*

Leblond — Há os que não podem...

— *Eu não sei, quando eles fazem um CAP de contabilidade, por exemplo, como isso...*

Leblond — Esses eu não sei como poderiam fazer, bom, bem, é verdade que há coisas das colônias, há coisas assim, mas é necessário fazer um BAFA, e um BAFA nos dias atuais custa 1.800 francos.

Dona Leblond — 1.800 francos... Nós queremos fazer isso para nossa filha, bem sim, ela quer...

Leblond — O que ela quer fazer?

Dona Leblond — Nas férias, fazer uma colônia de férias, uma coisa, mas é preciso que ela faça o BAFA e, não tendo ainda 17 anos, então...

Leblond — E depois, digamos que se dê bem no contato com as crianças.

Dona Leblond — Ela gosta muito de crianças, então bom, você sabe, você lhe dá uma turma de crianças para tomar conta, ela toma conta deles, ela gosta muito,

então... Mas é igual, é necessário completar 17 anos, se ela tem, está bom, mas se ela não tem, bem, isso será moedas que serão...

Leblond — E além disso, é que o primeiro, depois... se ela quer continuar, há dois outros a fazer, é isso que é...

— *Ela quer ser enfermeira, é isso?*

Dona Leblond — Sim, sim. Ela aprende bem, ela se sai com facilidade.

— *Há um concurso, como é que isso acontece...?*

Dona Leblond — Depois, eles têm curso para entrar; sim. Bem, ela terá de ter, eu não sei mais, sete anos de escola, eu creio que ela terá ainda...

Leblond — Ao menos sete anos. Ah! Sim, com o grau a que ela chegouou...

[...]

— *Agora você seria admitido, você poderia ir imediatamente, você encontraria um emprego?*

Leblond — Não! No momento atual, vou dizer, não, porque sempre ocorre o mesmo caso: procuram jovens com experiência

Aos 50 anos, alguém lhe diz: "você está despedido"

— *É isso, como se fosse possível!*

Leblond — Por toda parte você vê: jovem, experiência. Bom, então eu, eu vou dizer, eu vou chegar, eu talvez tenha experiência, mas já passei dos 40 anos...

[...]

— *Eles querem ter tudo e nada pagar, como se diz...*

Leblond — Às vezes a gente até ri porque vêm-se coisas assim: 20-25 anos com 5 anos de experiência, então, jovens, com 5 anos de experiência no trabalho, 25 anos,

gostaria muito de encontrá-los, mas isso não se encontra pelas ruas! Então o problema está no fato de que, uma vez que se chega aos 40 anos, bom, bem, por toda parte aonde se quer ir... Não é que se queira mais, mas digamos que...

— *Sim, ou então há todos os que saíram perto da aposentadoria... Parece que para certas pessoas é muito difícil, justamente isso, há os que se dão mal...*

Leblond — Sim, que se deram mal e depois é preciso colocar-se em seu lugar, é verdade que os rapazes que de um dia para o outro... Enfim, isso foi ruim, como a saída aos 50 anos, há os que têm 50 anos e foram mandados embora; é verdade que o cara que foi admitido na fábrica aos 14 anos, talvez até mais jovem, porque ele tinha... bom, bem, ele chega aos 50 anos, lhe dizem: "você pode ir, não precisamos mais de você", porque é assim, foram obrigados a lhes dizer que não tinham mais necessidade dejes, tinham sido praticamente obrigados a colocá-los para fora porque...

— *Até com uma boa aposentadoria...*

Leblond — Sim, até com... porque eles não saíram de mãos vazias, os primeiros não partiram infelizes, os que partiram por último, eles recebem muito menos dinheiro, mas eles não são infelizes apesar disso, é necessário que...

— *Mas então é o que, é o trabalho?*

Leblond — Era o seu trabalho, o cara que passou, eu ia dizer a sua vida na fábrica, no mesmo serviço, no mesmo setor, que tinha seu...

— *Seus companheiros...*

Leblond — Isso. E depois, de um dia para outro, especialmente no começo, diz-se aos caras: "vocês se aposentaram aos 50 anos, enfim uma pré-aposentadoria, mas os jovens vão ser admitidos..."

— *Sim, e não é verdade...*

Leblond — O homem tem jovens em casa, sai talvez ainda de bom grado, mas, ao fim de um ano, que ele vê que o rapaz está sempre em casa, que ele não está empregado, os que saem por último não desejam mais sair; aqui só havia os marroquinos para arranjarem as coisas, ficavam contentes em sair, eles foram para o Marrocos, retornaram, envelheceram cinco, seis anos e depois tornaram a partir, mas...

— *Os outros não...*

Leblond — Enfim eu digo os marroquinos, não quero colocá-los todos em pé de igualdade, porque existem — é igual — os que têm de ser mandados embora, mas há muitos que se aproveitaram da ocasião, sobretudo nos últimos anos, quando eles sabiam que isso ia acabar, há os que partiram no mês de junho, os que tinham ainda quatro anos a cumprir, retornaram no mês de julho, de férias, no mês de agosto, foi assim: eles tinham 50 anos. Eles tinham os documentos do Marrocos dizendo que tinham 50 anos. O que se pode fazer contra isso...? Eles lá nasceram no marroco...

— *Certamente o estado civil é um pouco...*

Leblond — Eles nasceram em tal mês, tal... e depois, é assim, havia, havia só o dia e o mês, o ano não sabia... Está bem! Tanto melhor para eles! Tanto pior para os que ficam, mas digamos que depois os rapazes... É verdade, partir, é bonito partir, mas... E depois há também... partir: eles são infelizes em casa, porque há os que não chegam a se ocupar, os que não arranjam nada...

Dona Leblond — Sim, há isso, eles se arrastam...

Leblond — E há os que tinham atividades fora e os que pararam com tudo.

— *Eles desligaram...*

Leblond — Na fábrica e depois que chegassem em casa, digamos que eles teriam talvez podido aproveitar mais a associação, eles cortaram as ligações, pararam.

— *Sim e depois que isso causou brigas nas famílias, tudo isso, ou isso não, o quê?*

Dona Leblond — Entre os casais, sim, é verdade...

— *E vocês sempre moraram aqui? É bom, é agradável aqui...*

Leblond — Digamos, quando nos casamos, tivemos um bloco, estávamos no final, num bloco, e depois, eu, o bloco...

— *Você pagava aluguel?*

Leblond — Sim, como aqui. Eu... os blocos, eu nunca me habituei com os blocos, e não me agradavam de forma alguma, um conjunto... um bloco não me agrada, então fiz das tripas o coração... enfim eram só quatro andares, quero dizer, vivíamos bem no bloco, não estávamos... a moradia era boa, vivíamos tranquilos, mas eu fiz das tripas o coração para ter um individual, enfim, o que eles chamam de individual. Então, depois de muitos dissabores, depois de muitas artimanhas, procurei meu presidente do clube de basquete, eu jogo em E., de supetão eu lhe disse: "eu, o senhor me arranja uma moradia individual, de outro modo, eu deixo o clube de basquete", bom, foi preciso insistir algumas vezes... então, finalmente, cheguei a ter uma moradia.

— *E você tem garagem embaixo...*

Leblond — Tenho garagem embaixo: garagem, cozinha, quarto; e três quartos em cima, três quartos em cima e o banheiro.

— *E é alugada... E paga quanto? Se não for indistricção...*

Leblond — Não, agora o aluguel está em 1.900 francos (...); bom, eu tenho a APL, isso faz eu gastar 1.600 francos do meu bolso.

— *Você tem a APL... Sim, está bem... vocês estão bem alojados...*

Leblond — Sim, mas é este o problema, é que a gente tem de fechar tudo. É verdade que há menos crianças. Estamos em zona educacional prioritária. No CES daqui 80% do total da escola são de estrangeiros.

— *Quantos você está dizendo?*

Leblond — 80% de estrangeiros.

— *Ah, bom! Eu não sabia que aqui...*

— *São de onde? Italianos...*

Leblond — Argelinos, marroquinos, tunisianos, portugueses, aqui tem uma forte população...

— *Mas onde eles trabalham?*

Leblond — ... de imigrantes. Bem, estão todos na fábrica. Enfim, estavam todos na fábrica porque agora, infelizmente, existem muitos que estão se aposentando, existem muitos jovens que estão no desemprego, enfim que estão no desemprego... que se dizem desempregados. Porque lá dentro também existem tráficos e tráficos de influência, mas enfim não se está lá para...

Dona Leblond — Você sabe, naquele canto lá, se for côchado, oh! há sete franceses, sete franceses porque, bem em frente... lá, nada mais que as pequenas casas, lá...

— *E vai bem...*

Dona Leblond — Oh! bem! você sabe, eu, eu não sei muito.

Leblond — É calmo aqui; digamos que é calmo, mas é verdade que é, no entanto, muito melhor que em outros tempos...

Dona Leblond — Sim, era mais barulhento. Mas eu, eu não saio, à parte... fico em casa, senão bom dia, boa noite, e é tudo, não mais que isso, não gosto muito, não sou selvagem... mas não gosto...

Leblond — Não, onde é um pouco difícil, ainda que o ano passado tenha sido calmo, é o período de Ramadã.

— *Ah! Sim, como era?*

Leblond — Oh, lá, lá... é... bem, é horrível porque, digo que é horrível, bom, bem, é verdade que eles, eles dormem de dia, eles são calmos, os adultos, mas os pequenos... os pequenos, ficam na rua. Os jovens berram. É preciso ouvi-los reclamando. E depois, eles começam a viver às dez horas da noite, então quando você quer ir dormir, bem, palavra de honra... você tem direito a todo barulho...

Dona Leblond — Quando faz tempo bom, os garotos estão na rua.

Leblond — Os garotos estão fora de casa, é infernal na escolas porque o garoto, ele vai à escola de dia, quando ele vai, digo bem, quando vai, mas algumas vezes que eles vão, os garotos, é para dormir porque à noite... um garoto às 11 horas da noite, meia-noite, está ainda na rua... isso não incomoda. Então há o jovem que está cansado, mas que não quer ir deitar-se porque os adultos estão comendo, tem-se o direito de fazer a festa...

Dona Leblond — Com a janela aberta...

Leblond — Hem! O garoto está na rua. Bom, há o garoto que berra de dia porque tem fome, mas não querem lhe dar comida, apesar de eles não fazerem o Ramadã, mas não querem lhe dar comida, vê-se isso sobretudo no final do período do Ramadã. No princípio menos, mas no fim do período, isso deve ser duro também para eles de não... então, eu me coloco no lugar deles, dar uma refeição leve a um garoto,

porque é só um pedaço de pão, dar um pedaço de pão a um garoto e depois não ter o direito de comer, enfim, não ter o direito, vou dizer igual, é um direito porque eles concordam...

— *Mas eles não fazem de fato o Ramadã, a manoria?*

Leblond — Está passando, está passando... digamos que apenas os velhos o fazem.

— *Os velhos, é isso.*

Leblond — Entre os jovens, isso se perde porque, bom, bem, o jovem...

Dona Leblond — Eles freqüentam a escola...

Leblond — Oh bem! O jovem, eles fazem muitas coisas... Eu fiquei sabendo disso por um rapaz que jogava basquete conosco, ele fazia o Ramadã em casa e quando vinha jogar uma partida de basquete conosco, na hora do lanche, ele estava conosco, ele vivia... e depois não havia mais problemas... de qualquer maneira... Eu, eu digo: é preciso saber, o que eu jamais tolerarei é que, na fábrica, se tolerasse que esses caras fizessem o Ramadã. Então isso, eu, isso sempre me repugnou, é o caso de lhe dizer porque eu, eu tenho direito a 20 minutos para comer em meu local de trabalho, se eu gasto meia-hora, é uma tolerância, eu tenho direito a 20 minutos. E eles, no período de Ramadã, têm direito a duas vezes 20 minutos porque eles tinham o direito de comer no início do turno da noite, às 22 horas, e depois eles tinham o direito de comer de novo no fim do turno, antes que o sol nascesse, então, para eles se tolera comer duas vezes por 20 minutos. E eu digo, ou o pobre francês, o pobre homem francês ou o italiano ou todo aquele que não faz o Ramadã, não se preocupam se ele tem um trabalho duro, se é cansativo ou algo assim, você tem o direito a 20 minutos para

comer, você se cala, você não diz nada. Então o que não é uma obrigação, eu digo, não é uma obrigação, eles fazem o Ramadanã, e eu não compreendo mesmo que o copo de saúde da fábrica tolere essas coisas. Que o homem não coma, à noite, não há problema, mas eu já vi o dia aparecer sem beber um copo d'água e trabalhar oito horas no calor...

— *É perigoso por certo.*

Leblond — Eu, eu digo da parte da medicina do trabalho, isso não deveria acontecer.

— *Certamente.*

Leblond — Porque os rapazes podem ter... e o rapaz, ele chega um dado momento em que, bom... O dia em que o rapaz cai num conversor, ninguém vai apanhá-lo. Se ele cai no chão, não é grave, mas se ele cai num conversor, bom, havia, no entanto, rapazes na aciaria, havia rapazes na laminaria e o rapaz que cai num cilindro, ele passa no cilindro, como ele sai?

— *E na sua equipe há argelinos?*

Leblond — Não há mais. Não há mais. Mas havia um que estava bem, é preciso reconhecer: para um árabe, ele estava bem. Quando estava completamente sozinho. Ah! sim, já houve várias histórias no refectório. Porque... Vive-se junto... [Riso]. É normal, as pessoas estão fora de sua situação, de seu lugar, bom, bem, elas se encontram. Eu me sinto bem, se eu vou trabalhar no estrangeiro, se eu encontro um francês, ficarei muito contente de falar e trabalhar com um francês.

— *Sim, mas enfim, por polidez, quando há franceses, eles deveriam falar... sim, e esses jovens, eles estão quase sempre desempregados? Esses jovens argelinos...*

Leblond — Digamos que há duas categorias, há... vou dizer, o norte-africano, en-

fim, o estrangeiro, mas sobre tudo o argelino, o marroquino que eu, eu trato de árabe, bom, esses, eles estão lá, eles estão contentes de estar lá e depois eles vão chorar, dar-se-á ajuda a eles, eles ficam tranquilos, e depois há aquele que está ao lado, que se adapta bem à vida francesa, está bem adaptado e faz com que seus filhos andem como franceses, o problema está aí. Porque eu, no esporte, tenho muitos jovens árabes, bom, bem, eles não são piores, enfim não são piores porque são todas moças, elas não são piores que os outros. Há algumas famílias...

— *Sim, há em toda parte...*

Leblond — Nas escolas é a mesma coisa, nas escolas há problemas com certas famílias, são sempre as mesmas de qualquer forma. Não há por que se apoiar, o problema começa depois do maternal, mas só existe problema com os estrangeiros, existe só com os marroquinos e os argelinos, há os mesmos problemas com portugueses ou com italianos.

— *Mas faz muito tempo que os italianos estão aí... não?*

Leblond — Oh! Sim! Os que estão lá... em princípio, os argelinos quando estão lá, isso faz muito tempo também, bom, o pouco que se passa é que, num dado momento, mas está diminuindo agora, mas num dado momento, muitos iam se casar na Argélia e traziam a mulher, lá houve um contingente de turcos que chegavam também num dado momento, que não era, que não era tudo rosas, não mais, quando eles chegaram e, agora, não se ouve mais falar de turcos. Mas, somente, o que eu censuro nas comunidades, enfim nas ZUP porque antes isso se chamava ZUP, é que nada mais se faz por aquela povo, porque têm tudo... Eu quero dizer, colocaram esse povo todo junto, havia uma torre aqui, bom, a torre, tinha quatro entradas...

Dona Leblond — Não, cinco.

Leblond — Cinco entradas, havia duas entradas pelas quais não valia a pena entrar...

*A Familiaie apenas pôs
aquela gente junto*

— *É verdade?*

Leblond — Oh! Não valia a pena entrar lá! Havia cenas de dar vômito, faziam tudo o que queriam. Mas por quê? Porque colocaram aquela gente lá junto, havia os que criavam carneiros nas varandas, coelhos nos banheiros, então, sistematicamente, bom, bem, a Familiaie, o que ela fazia? Ela alojava todas aquelas pessoas juntas, e não era isso que deveria ter sido feito com a Familiaie nem com a prefeitura; aquelas pessoas deveriam ser espalhadas um pouco, habituadas um pouco a viver, não estão mais no mató, bom, eu, eu me ponto em lugar deles, o rapaz, ele chegou, ele está no seu mató, ele faz o que quer, ele chega aqui, bom, bem... mas não é lógico. É preciso ensinar essas pessoas a viver em comunidade.

— *E essa torre ainda existe?*

Dona Leblond — Não, eles a demoliram. **Leblond** — Eles a demoliram, não porque havia muito consento a fazer lá dentro pela Familiaie, ela, de qualquer modo, se tornara muito perigosa; havia muitas pessoas que... [foram colocadas lá?] para serem realocadas, para fazerem coisas e depois... com a situação do reservatório de água, bom, bem, há os que têm...

Dona Leblond — Lá, no lugar da torre, eles devem erguer uma nova...

Leblond — Um centro social, bem, a área já está cercada; quando o tempo melhorar, os trabalhos vão...

— *E o bairro não é perigoso para as moças?*

Dona Leblond — Não, não, está bom.

Leblond — Oh! Não é mais perigoso...

Dona Leblond — Não, vai bem... Elas sempre estiveram...

— *Não é sobre tudo o barulho, coisas assim...*

Dona Leblond — Eu, as minhas, isso não as impede, faz quanto, quanto? Faz 14 anos que estamos nesta rua, eu estava grávida de C. quando cheguei; bem, elas dormem no quarto da frente, e é verdade que, no verão, há sempre jovens na rua e depois eles berram e, bem, isso não as impede de dormir, mesmo que houvesse barulho...

Leblond — Oh! Bem! Se elas são como eu, isso não me impede de dormir...

— *E não há pequenos furtos de coisas assim?*

Dona Leblond — Não, não.

— *Não, é o barulho que incomoda vocês...*

Dona Leblond — É isso.

Leblond — De todo modo, ele não é maior aqui que em outros lugares. Bom, os que estão aborrecidos, há os que estão aborrecidos, mas é necessário constatar se é verdade, quer dizer, é necessário constatar se é verdade...

Dona Leblond — Sim, porque ainda é necessário ver...

— *O que elas dizem?*

Leblond — Oh! bem! Que lhes furtaram a roupa de cama, que lhes furtaram os pneus do carro, é isso... Bom, eu concordo, mas jamais vi os policiais virem até eles, e eles têm uma patrulha volante, e quando acontecem algo, roubo de rádio de carro, roubo de tudo o que se quer...

— *Sim, mas isso tem por toda parte.*

Dona Leblond — Nas casas mais lá embaixo, lá estão os franceses, eles se quei-

xam sempre que lhes roubaram, que fura-ram os pneus de seu carro e, depois, nunca se vêem os soldados virem e depois, isso é o que eles querem e depois, bom, bem, é isso aí.

Leblond — Não, mas é verdade, é preciso reconhecer, eles deixam a roupa de cama secando diante da porta, eles deixam a roupa durante a noite, é preciso dizer também...

— *É pensar o diabo*

Dona Leblond — É isso, eu tranco a porta e não deixo roupa do lado de fora à noite.

Leblond — Eu, eu tenho o carro que fica lá fora, é triste dizer, mas foi depois que chegaram os franceses de duas casas abaixo que eu tranco o carro à chave, de outra forma o carro nunca foi fechado à chave; ele ficava na rua o dia inteiro e nunca foi fechado à chave. Eu tinha papéis no carro, eu tinha tudo no carro, nunca pegaram nada. Eu vou de carro para a quadra de esportes, até à quadra de esportes, saio todas as semanas, nunca me aconteceu nada com o carro. Talvez seja também a manei-ra de...

— *Sim, a maneira de ser...*

Leblond — ... de ver como é; não é preciso fazer essas pessoas verem que não se têm medo; se você fizer os outros verem que tem medo deles, elas se sentirão fortes. Desde o pequenino de três anos, que vai vir, até o grande, porque eles vão todos procurar, vou pegar um pedaço de pau: desde que eu estou aqui, faz talvez 6 ou 7 anos, que pratico esporte em M.

— *Sim, é isso, você os conhece no es-por-te, por isso eles o respeitam.*

Leblond — Eu, eu os respeito, não há ra-zão para que eles não me respeitem.

— *Sim, é isso, é isso.*

Leblond — Não é preciso... Enquanto eles estão na quadra de esportes, estão tranqüi-

los, estão bem; quando fazem bagunça, como diria outro, eu os ponho para fora, e quando eu os ponho para fora, digo-lhes: "meu carro está lá, se mexerem no meu carro, eu saberei quem é", porque há mi-lta gente aqui que diz: "foi aquele, foi aquele lá, foi aquele lá, mas não se vai à polícia, têm medo". Eu, eu sei que no dia em que eu puser um para fora da quadra de esportes e acontecer alguma coisa com o carro, os policiais virão. E eu saberei lhes dizer quem foi. Poderá talvez não ter sido ele, mas eles irão até ele. Eu irei com eles; se não foi ele, ele terá de dizer quem foi. E, infelizmente, a polícia daqui não faz mais nada. As polícias militar e civil são... há dois anos tem havido problemas, é verdade, com os professores; foi preciso quase que nós mesmos resolvêssemos o problema, indo à polícia militar e à civil. Isso não compete à gendarmaria porque há uma polícia e a polícia, bom, com efei-to...

— *Vocês resolveram isso com os pais dos alunos, com a associação?*

Leblond — Entre os professores e os pais.

— *O que estava havendo...?*

Leblond — Ah! bem! Na escola estavam furando os pneus dos carros dos profes-so-res, quebrando os pára-brisas, colocan-do açúcar na gasolina, ah! isso acontecia ver-dadeiramente... Até o dia em que isso aca-bou mal, porque um professor que saiu e partiu para cima de um garoto. E ele fez uma coisa que jamais deveria ter feito; aplicou-lhe um murro no nariz [risos]. Então os pais, como conheciam bem as leis e tudo, eles se revoltaram contra o professor, mas sem chances, não estavam no recinto do CES, então, do ponto de vis-ta da Educação Nacional, isso não compete a ninguém. Eles se voltaram diretamente contra a Educação Nacional para lhe su-primir o seu direito de exercer... eles ti-nham sido mal orientados.

— *E aqui, os professores, eles são do lugar...? E os orientadores, etc., vocês os conhecem?*

Leblond — Do lugar, sim, uma parte é do lugar, sim, de vez em quando há um jo-ven professor ou um auxiliar de ensino vem e depois que chega aqui...

— *É duro para ele, no início...?*

Leblond — Eles preferem olhar duas ve-zes, se não são do lugar, a primeira coisa em que pensam é em ir embora.

— *Você conhece as pessoas, as crian-ças da região?*

Leblond — Muitos são jovens... enfim, eles nasceram no lugar. Permaneceram aqui. Ou então velhos professores do pri-mário que fizeram sua carreira aqui, diga-mos que fizeram sua carreira aqui.

— *E vocês conhecem muitos filhos de metalúrgicos que ficaram no bairro como professores?*

Leblond — Não em grande quantidade.

— *Quem foi bem na escola?*

Leblond — Digamos que há muitos, mu-itos jovens aqui; antigos metalúrgicos, que ingressaram na polícia civil, na polícia militar no CRS, enfim empregos como esses, digamos que eles aproveitaram — enfim, eles aproveitaram... em 68, 69 os CRS, a polícia recrutou muitos jovens, pois eram todos jovens — eu não diria to-dos jovens — mas muitos jovens que fize-ram exames aqui e depois que têm...

— *E foi depois de uma geração que frequentava muito a escola. Porque isso começou... por volta dos anos 70, que eles têm...*

Leblond — Quando havia garotos que saíam de nossas casas com os karts [carti-nhos automotores de manutenção condu-zidos pelos motoristas] e depois que par-tiam com os karts, era preciso motivá-

los, porque de outro modo o rapaz partia, destrua tudo o que encontrava pela fren-te. Eu percebi que vinham conosco às ma-nifestações com revólveres, carabinas! Bom, não eram coisas que se fizessem. Não tínhamos chegado a esse ponto. A gente ia ver os rapazes, tomava as suas ar-mas, entregava-as a um outro e estava acabado. Mas enfim os rapazes, eles vi-nham, no entanto, com um, é preciso dizer que havia serviços de ordens que não eram nada moles.

— *Não, é preciso dizer que isso foi um choque inacreditável, era de tal modo brutal.*

Leblond — Ah! Houve boas brigas, no bom sentido do termo, e depois houve boas brigas também não no bom sentido do termo, mas enfim, enfim... aconteceu, aconteceu. Só lamento agora não haver guardado todos os recortes da imprensa, coisas assim...

— *E os jovens de hoje, o que eles pen-sam de tudo isso? Eles se interessam um pouco, não?*

Leblond — Os jovens se interessam por-que, de qualquer modo, eles não conhece-ram, o jovem que conhece o deserto de hoje... E é por isso que eu digo que é uma pena não haver guardado os recortes de jornais para mostrar, digamos, eu vou di-zer a minhas filhas: lá ficava a fábrica, lá havia isso, bom, eles se lembram um pou-co... quando eu ia à casa de meus pais em E., eu ficava de frente para a fábrica, bom, havia alguma coisa.

— *Eles são muito despolitizados, eles se interessam pouco.*

Leblond — Sim, e depois, agora tem os jo-vens como quer, de qualquer modo, aque-le de direita vai vir, ele vai lhe prometer mundos e fundos, bom, bem, os jovens que vão poder votar, vão votar nele, e se há outro que vem de outro lugar, será

igual, isso vai funcionar mais ou menos assim e depois o jovem estará decepcionado, e depois o que ele fará? É este o problema. É que agora exageramos um pouco em dizer aos jovens, bom, bem, vocês terão aqui – é o que eu acabei de dizer das escolas – a jovem que faz aprendizado

de cabeleireira, está bem, ela será cabeleireira de mulheres, cabeleireira de mulheres, ao lado ela poderá fazer o corte de cabelos de homens; não, não escolhi meu serviço para ser cabeleireira de homens; euerei cabeleireira de mulheres, não irei lá.

Fevereiro de 1992

Abdelmalek Sayad

Uma família deslocada

Um município operário na periferia próxima de Paris. Contrastando com o dispositivo típico dos subúrbios, torres, longas filas de imóveis, um bairro cons-tituía exceção: trata-se de uma zona relativamente afastada, povoada por essas velhas casas de dois andares que se convencionou chamar “pavilhões de pedra de moinho”. A prefeitura foi adquirindo certo número dessas casas à medida em que elas eram colocadas à venda e as destinou muitas vezes segundo processos de urgência e, antes mesmo que os trabalhos de recuperação ou renovação estivessem concluídos, como moradia de algumas famílias de imigrantes. Esta destina-ção, contrária às regras que, de ordinário, regulam a ocupação de casas sociais (os HLM) por famílias mais carentes, não deixa de fazer surgir conflitos de vizi-nhança de um novo tipo: para uns, isto é, os imigrantes, conflitos que são de natureza a levá-los a refletirem sobre os danos dos quais eles seriam, como são acusados, os autores, isto é, sobre a verdadeira significação, por exemplo, do “barulho”, do “mau cheiro”, da forma que é bom dar às relações sociais (em frequência, em intensidade, em duração, etc.) para que elas sejam compatíveis com os costumes em matéria de coabitação: para os outros, isto é, para a popula-ção francesa da vizinhança, conflitos, que não estão mais, como de ordinário, inscritos totalmente na ordem das relações individuais e interpessoais (ou pura-mente subjetivas), mas que concernem coletivamente (a vizinha francesa da família imigrada o diz muito bem) a cada pessoa em causa; todos envolvem nesses conflitos todo o seu ser social, isto é, a idéia que eles fazem deles mesmos ou, para falar a linguagem em curso hoje em dia, sua identidade social (que, aqui, é, ao mesmo tempo, identidade nacional e, em consequência, identidade eminentemente coletiva). Esses conflitos são tanto mais significativos porque não se sus-tentam quase sobre uma base objetiva. É necessário também compreendê-los como as últimas manifestações de resistência que esta fração da população, que teve acesso tardio à casa individual com a qual ela, sem dúvida, vinha sonhando há longo tempo, assim que em todo o espaço (geográfico e social) que lhe está associado, espalçou sobre o qual ela projetou todas as suas aspirações e suas espe-ranças de promoção social, na qual ela investiu e da qual se investiu, está levada